

NOTA À COMUNIDADE DOCENTE - ADUFPB/ANDES-SN

Em defesa da liberdade de cátedra

As universidades públicas brasileiras sofreram um duro ataque em sua autonomia universitária, em especial na semana que antecedeu as eleições em segundo turno. Após posição do ANDES-SN e suas seções sindicais acerca da defesa da democracia e contra o fascismo, bandeiras históricas do nosso sindicato, materiais, panfletos, faixas e até CPUs de computadores foram retirados arbitrariamente das dependências de campi e seções sindicais do ANDES-SN. Em resposta, no dia 26 de outubro, o ANDES-SN, junto com outras entidades nacionais do campo da educação (Fasubra, SINASEFE, UNE, FENET e ANPG), lançou “Carta Aberta à Sociedade e à Comunidade Acadêmica – Em defesa das liberdades democráticas e das Instituições Públicas de Ensino Superior”. A Diretoria Executiva da ADUFPB, reunida no dia 1 de novembro, encaminha aos docentes essa nota em Defesa da Autonomia Universitária, bem como da Liberdade de Pensamento e de Cátedra, tendo em vista, reafirmar o compromisso deste sindicato com estes princípios, estabelecendo um canal de contato com toda a categoria e reiterando seu acolhimento a todos(as) os(as) docentes que de alguma forma sentirem-se ameaçados(as) ou constrangidos(as) no exercício de suas atividades.

As entidades acima nomeadas concederam entrevista coletiva com o propósito de denunciar o avanço do fascismo e reafirmar seu compromisso intransigente com as liberdades democráticas, em defesa das instituições públicas de ensino superior e da organização autônoma dos trabalhadores e das trabalhadoras dessas instituições. Os referidos ataques às universidades mereceram inclusive manifestações dos ministros do Superior Tribunal Federal (STF), afirmando que: “o saber pressupõe liberdade, liberdade no pensar, liberdade de expressar ideias. Interferência externa é, de regra, indevida. Toda interferência é, de início, incabível. Por isso é perigosa, em termos de Estado Democrático de Direito”, Marco Aurélio Mello.

Na mesma linha, o ministro Luiz Roberto Barroso disse que, embora não se pronuncie sobre casos concretos, “o modo como penso a vida, a polícia, como regra, só deve entrar em uma universidade se for para estudar”. Posições confirmadas posteriormente pela ministra Carmem Lúcia (STF), através de liminar que reestabelece preceitos fundamentais instituídos na carta magna acerca da autonomia universitária. A decisão expedida no sábado pela manhã que antecedeu as eleições (27/10/2018) suspendeu de forma clara “os efeitos de atos judiciais ou administrativos emanados de autoridade pública que possibilite, determine ou promova o ingresso de agentes públicos em universidades públicas ou privadas, o recolhimento de documentos, a interrupção de aulas, debates ou manifestações de docentes e discentes universitários, a atividade disciplinar docente e discente e a coleta irregular de depoimentos desses.” No dia 1 de novembro, o plenário do STF ratificou a decisão acerca da proibição de manifestações políticas dentro das Universidades, ratificando a sua liberdade e autonomia, bem como, lançando um horizonte de compreensão contra a ‘Escola sem Partido’.

É necessário registrar que, após o resultado final do 2º turno das eleições presidenciais, ações de violência foram desencadeadas em várias partes do país, estendendo-se ao ambiente acadêmico, na medida em que grupos e políticos conservadores divulgaram a realização de atos políticos dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) com o propósito de intimidação e ameaças à comunidade acadêmica para o decorrer desta semana. Sugeriu-se, inclusive, que estudantes realizem perseguições da prática docente, gravando discursos proferidos por professore(a)s em salas de aulas, para posteriores denúncias. Tal postura, sintonizada com os projetos absolutamente reacionários presentes na “Escola com mordaza”, é incansavelmente combatida por confrontar o projeto de educação pública e as liberdades democráticas defendidas historicamente pelo ANDES-SN.

O ANDES-SN filiou-se como Amicus Curiae na ADPF 548, que trata das decisões da Justiça Eleitoral que ferem os princípios constitucionais de autonomia e liberdade de expressão das Universidades. Nesse pedido de Amicus Curiae a Assessoria Jurídica Nacional incluiu uma “preliminar” sobre a declaração da deputada eleita pelo estado de Santa Catarina de ameaça à liberdade de cátedra do(a)s professore(a)s. Também está elaborando orientações gerais para a categoria agir nos casos de ameaças e agressões. Mas desde já orienta-se que o(a)s professore(a)s se mantenham em tranquilidade, não deixando o pânico se espalhar entre nós e que registrem todos os casos de ameaças e procurem imediatamente a secretaria da ADUFPB para fazer denúncia. Está ainda em pauta, a partir das orientações da Assessoria Jurídica Nacional e também local, novas orientações de como proceder em caso de agressões, ameaças e violências.

O Movimento UFPB pela Democracia continuará em sua frente de luta contra as práticas neofacistas e a defesa pelas liberdades democráticas. O momento é de unidade de ação de forma ampla e de ações conjuntas na defesa das Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFET e das liberdades democráticas. Seguiremos firmes na luta e convocamos nossa categoria a se fortalecer de forma coletiva.

**SE FERE NOSSA EXISTÊNCIA, SEREMOS RESISTÊNCIA!
NÃO ÀS PRÁTICAS NEOFACISTAS!
EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS!
EM DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS!**

**Diretoria da ADUFPB – Seção Sindical do Andes-SN
João Pessoa, 08 de Novembro de 2018**

ASSÉDIO NÃO



DENUNCIE:
assedionao.adufpb@gmail.com

**Entre em contato conosco.
Você não está só!**

Envie sua denúncia para o e-mail
assedionao.adufpb@gmail.com ou ligue para nós:

Presidente

CRISTIANO BONNEAU (CCAE)
83 99665-0531

Vice-Presidente

FERNANDO CUNHA (CCS)
83 99907-5871

Secretária Geral

FRANCILEIDE RODRIGUES (CCS)
83 99813-7900

Assessoria de comunicação da ADUFPB

RICARDO ARAÚJO (83 99922-0876), RENATA FERREIRA (83 9930-8804) ou MAURÍCIO MELO (83 9342-0093)

ADUFPB realiza ação de mobilização com visitas aos departamentos do Campus I

A ADUFPB deu início a mais uma ação de mobilização e comunicação com a categoria docente. Desde o início desta semana, representantes da Diretoria Executiva estão visitando os departamentos para dialogar com os professores, explicar sobre o projeto de reforma da Previdência (em tramitação no Congresso Nacional) e também acolher os docentes que tenham passado ou estejam com dúvidas sobre situações de assédio. Três setores do campus I já foram visitados: a Escola Técnica de Saúde, o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (Dlem) e o Departamento de Enfermagem (DE).

Segundo o vice-presidente da ADUFPB, Fernando Cunha, nos casos de assédio, os dirigentes

estão explicando os procedimentos que devem ser tomados e colocando o sindicato à disposição do professor para as medidas cabíveis. “Ao mesmo tempo, a gente está convidando os professores a se filiarem ao sindicato e fortalecerem a luta da categoria”, acrescenta.

Fernando Cunha destaca que, neste momento de ameaças de direito sociais e trabalhistas, é extremamente necessário que a categoria esteja ainda mais unida. “A força de um sindicato são os seus filiados. É a solidariedade de classe que faz com que o sindicato tenha força. Não existe luta individual neste momento”, declara o vice-presidente da ADUFPB.